



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional

## ANEXO I - JUSTIFICATIVA

### A. FINALIDADE

Este anexo tem por finalidade incluir justificativas para adoção de exigências e particularidades em função da especificidade da realização de uma licitação objetivando a contratação dos serviços de vigilância armada diurna e noturna, em escala de trabalho (12x36 horas), composto por 1 (um) posto de vigilância móvel armada diurna e 1 (um) posto de vigilância móvel armada noturna, para prestação do serviço de guarda e vigilância do prédio do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos do Município de Dormentes, no Estado de Pernambuco, previstas no Termo de Referência e que aqui depois de relacionadas passam a integrar o Termo de Referência (TR).

### B. JUSTIFICATIVAS DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O processo licitatório para contratação de serviços de vigilância móvel armada para promover a guarda e vigilância dos bens públicos existentes no Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos do município de Dormentes – PE, se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público e de grande relevância para os produtores e para o fortalecimento deste importante Arranjo Produtivo.

A implantação do abatedouro de Dormentes foi e é um desejo e uma necessidade, tendo em vista que a implantação do equipamento permitirá o fortalecimento da cadeia produtiva além de fomentar a geração de trabalho e renda na comunidade, que sofrem com a precariedade de matadouros clandestinos e com a falta de certificados de procedência dos produtos.

Neste contexto, a CODEVASF possibilitou, mediante alto investimento técnico e financeiro, a construção da estrutura física e a aquisição dos equipamentos para viabilizar este importante avanço para a caprinovinocultura no Vale do São Francisco, visando proporcionar aos produtores locais uma nova realidade na produção, na manipulação e na garantia de procedência sanitária dos produtos.

Porém, para viabilizar o início das atividades operacionais do abatedouro faz-se necessário a realização de uma CDRU – Cessão de Direito Real de Uso, para que a contratada possa operar o empreendimento com qualidade e segurança, principalmente, do ponto de vista sanitário. Este processo se encontra em fase de contratação. Vale salientar que, tanto produtores quanto a municipalidade não demonstram interesse e nem têm o domínio tecnológico e econômico para a operação eficiente da estrutura, fato pelo qual se justificou a cessão ao setor privado.

Portanto, verifica-se que é indispensável a contratação de serviços de vigilância móvel armada para promover a guarda e vigilância dos bens públicos existentes no



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional

Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos do município de Dormentes – PE, pela necessidade de proteção ao patrimônio público existente no local, de forma a garantir boas condições de uso e conservação, prevenir ações de roubo, furto, vandalismo e outros delitos, evitando prejuízos e viabilizando o início exitoso das atividades do abatedouro logo que seja possível.

#### C. DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO (Menor preço global por grupo)

O objeto a ser contratado trata-se de serviço comum e tem seus padrões de desempenho e qualidade podem ser aferidos objetivamente, sendo assim, conforme art. 32, inciso IV, da lei 13303/2016, a licitação deverá ser realizada na modalidade “pregão” no formato eletrônico (Lei 10520/2002), modalidade esta que é preferencial segundo a legislação citada. O critério de julgamento será pelo “menor preço global por GRUPO”, conforme art. 54, inciso I, da lei 13303/2016.

Com a contratação por grupo, assegura-se a obediência aos princípios administrativos pautados pelo interesse público, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa, diante da “economia de escala” face à grandeza do objeto licitado. Sendo assim, o incremento dos quantitativos resulta em redução de preços e simplificação da gestão da contratação (pois será apenas uma empresa executora dos serviços), favorecendo assim a eficiência na gerência dos serviços e resultados.

#### D. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

Para a estimativa dos custos para prestação dos serviços foi realizada pesquisa dos insumos a serem utilizados no Painel de preços do Governo Federal, sendo utilizada na composição a mediana dos valores encontrados, o que se justifica pelo fato de a mediana ser uma medida de tendência central que sofre menor influência dos valores de maior desvio. Foram consultados normativos (convenção coletiva de trabalho 2022, caderno técnico PE 2019 e comunicação interna 105/2022) pertinentes à categoria profissional, vigilante, sendo obtidos dados como salário mínimo profissional, benefícios e direitos trabalhistas, tributos e outros.

Por fim, foi calculado o valor mensal para vigilante noturno e diurno, considerando o atendimento durante 24 horas, mediante trabalho em escala 12x36 horas e envolvimento dois vigilantes noturnos e dois diurnos.

O valor total estimado para o contrato é de **R\$ 148.083,36 (cento e quarenta e oito mil, oitenta e três reais e trinta e seis centavos)**, baseado em pesquisa de levantamento de custos e demonstrado na planilha orçamentária.



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional

#### **E. DA FONTE DE RECURSOS**

A contratação dos serviços de vigilância móvel armada para o Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes-PE se dará em conformidade com o planejamento e programas a seguir:

Programas de Trabalho 04.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade - Nacional, RP2, GND 3 – Custeio; 15.244.2217.00SX.0001 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional, RP9, GND 4 – Investimentos; e, 15.244.2217.00SX.0026 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Pernambuco, RP6, GND 4 – Investimentos.

#### **F. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Conforme descrito no termo de referência (item 12), exige-se das proponentes a devida qualificação técnica, de forma a comprovar a aptidão para execução do serviço a ser contratado, sobretudo no que concerne a atuação na área de segurança (serviços de vigilância) e a aquisição e manuseio de armas de fogo, com apresentação das documentações comprobatórias emitidas pelos órgãos competentes.

Salienta-se ainda, que tais exigências são estritamente necessárias para a execução dos trabalhos e não limitam a concorrência, que é primordial para bom andamento da contratação.

#### **G. GARANTIA DE EXECUÇÃO (CAUÇÃO)**

É necessário, para fins de emissão da Ordem de Serviço, que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato, a qual deverá correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme previsto no Art. 130, Inciso I do Regulamento de Licitações e Contrato da CODEVASF e no Art. 70 da Lei 13.303/16.

#### **H. DA VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

Em consonância com as recomendações do TCU - Acórdão 1955/2014 Plenário - não será exigida a visita ao local onde está instalado o abatedouro frigorífico de Dormentes-PE, onde serão prestados os serviços de vigilância móvel armada. Porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita para que se possa reconhecer as condições locais e eventuais dificuldades que possam ocorrer na prestação dos serviços.

Caso opte por não realizar a visita técnica, a empresa deverá apresentar, conforme modelo do ANEXO V, DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO LICITADO. Não podendo alegar desconhecimento do objeto licitado, tendo em vista que foi orientado para avaliar os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução.



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional

Finalmente destaca-se que, caso queira visitar o local, o licitante deverá arcar com todos os gastos, ou seja, são de sua exclusiva responsabilidade arcar com os gastos para obtenção de todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

#### **I. DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO**

É necessária a divulgação (na fase preparatória, conforme Art. 34 da lei 13303/2016) do valor estimado para prestação dos serviços, sendo este considerado o valor máximo para apresentação das propostas.

#### **J. DO PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Os pagamentos serão realizados em parcelas mensais, mediante apresentação das referidas faturas e do ateste do fiscal designado pela CODEVASF para acompanhamento do contrato. Salienta-se ainda, que a empresa contratada tem como obrigação manter a sua regularidade durante todo o prazo do contrato nos mesmos termos exigidos para sua assinatura, havendo inclusive, a necessidade de novas comprovações o ato de cada emissão de fatura para pagamento.

O prazo para pagamento é de 30 dias, contados a partir do primeiro dia útil após a emissão da fatura.

Os valores contratuais somente serão corrigidos somente em razão de atraso superior a trinta dias, sendo calculado nos termos previstos no Termo de referência (item 7).

#### **K. DA SUBCONTRATAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Não será admitida subcontratação de serviços, nem a participação de consórcios, pois os serviços são de natureza comum e não dependem de qualquer outra atividade para sua realização.

#### **L. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Considerando a atuação da CODEVASF na promoção do desenvolvimento regional em todo o Nordeste brasileiro e em parte de outras regiões do país, no Estado de Pernambuco e no Vale do São Francisco, destacando sempre as potencialidades locais por meio da exploração eficiente e responsável dos recursos naturais, sobretudo, o hídrico, e promovendo o desenvolvimento territorial por meio do incentivo ao aprimoramento das metodologias produtivas, do desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos.

Considerando a tradicional vocação da região do Sertão Pernambucano para a produção de Caprinos e Ovinos e a importância econômica da atividade, principalmente, para pequenos produtores. O que retrata a necessidade de operabilidade de estruturas que propiciem ganho de produtividade e de qualidade nos produtos caprinovinos.



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional

Considerando ainda, o engajamento da CODEVASF e da 3ª GRR/UDT para a melhoria das condições produtivas de caprinovinos, o alto investimento realizado para implantação e instrumentação do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos de Dormentes – PE e a impossibilidade atual de dar início às atividades em razão de a CDRU – Cessão do Direito de Uso Real – ainda não estar concluída.

Recomenda-se a realização da contratação descrita nesta justificativa, a qual é anexada ao Termo de Referência e é, também parte do Processo nº 59530.000976/2022-51-e, além de outras documentações pertinentes que o compõem. Esta contratação se faz necessária com a finalidade de guarda e proteção da estrutura física e dos equipamentos existentes no abatedouro, proporcionando a prevenção de furtos, roubos e/ou vandalismos e a preservação de suas funcionalidades para que o empreendimento esteja em condições adequadas de operação, no momento do início das suas atividades.

Petrolina/PE, 7 de outubro de 2022

---

**Paulo Henrique Pereira da Cruz**

Analista em Desenvolvimento Regional  
3ª GRR/UDT

**DE ACORDO,**

---

**Eljalma Augusto Beserra**

Analista em Desenvolvimento Regional  
Chefe da 3ª GRR/UDT

---

**Maxwell Rodrigo Lima Tavares**

Analista em Desenvolvimento Regional  
Gerente da 3ª GRR